

Decreto-Lei nº 2.848/1940, Lei nº 8.429/1992, Lei nº 9.613/1998, Lei nº 12.529/2011 e Lei nº 12.846/2013, ii) não fizeram ou instruíram que fossem feitos, em seu nome, quaisquer pagamentos, empréstimos, promessas ou ofertas de pagamentos, ou ainda, entrega de presentes de qualquer natureza ou valor, de forma a obter vantagem indevida, direta ou indiretamente, de Funcionário Público ou Privado, no âmbito do território nacional ou estrangeiro; iii) envidarão seus melhores esforços para garantir que qualquer outra CONSORCIADA cumpra com o disposto nesta Cláusula.

Violação das declarações:

Parágrafo Primeiro: No caso de instauração de processo administrativo ou judicial que resulte em condenação de mérito definitiva transitada em julgado, relacionado ao Projeto objeto do presente CONSÓRCIO, motivada por violação de qualquer das declarações mencionadas neste Cláusula contra alguma das CONSORCIADAS, seus diretores e funcionários, as CONSORCIADAS não infratoras terão o direito de retirar/excluir do CONSÓRCIO a CONSORCIADA infratora, levando-se em consideração as hipóteses e procedimento de exclusão do CONSÓRCIO, regras do edital, o Contrato, o instrumento de outorga ou qualquer outro documento que regule o objeto do CONSÓRCIO. Neste sentido, a CONSORCIADA infratora isentará as demais não infratoras de responsabilidade em relação a quaisquer reivindicações, perdas ou danos decorrentes ou relacionados a essa violação, sem prejuízo do dever de indenizar, bem como do direito de regresso das CONSORCIADAS não infratoras.

Parágrafo Segundo: Qualquer CONSORCIADA comunicará imediatamente às outras CONSORCIADAS, no caso de receber solicitação direta e/ou indireta de qualquer terceiro, inclusive funcionário público ou funcionário público estrangeiro, que possa implicar violação de qualquer lei ou regulamento, assim como violação às disposições do Código de Ética aplicável ao CONSÓRCIO, devendo sempre agir no sentido de evitar que referidas violações ou desconformidades ocorram.

Programa de Integridade e Conduta:

Parágrafo Terceiro: O Programa de Integridade e Conduta deverá contemplar os seguintes parâmetros mínimos: (i) implementação do Código de Ética e Conduta e outras políticas necessárias para eficácia do Programa, a ser seguido por todos os colaboradores envolvidos na Obra objeto do presente Contrato, inclusive terceiros contratados; (ii) divulgação e realização de treinamentos referente ao Programa de Integridade e Conduta; (iii) existência de canal de comunicação para recebimento de denúncia de violação do Programa de Integridade e Conduta, acessível a todos os colaboradores e terceiros contratados no âmbito da Obra objeto do presente Contrato; (iv) apuração e avaliação das denúncias de violação do Programa de Integridade e Conduta que o CONSÓRCIO, por qualquer meio, venha a tomar conhecimento, e aplicação de medidas disciplinares e corretivas. O CONSÓRCIO e os Membros do CONSÓRCIO deverão manter livros e registros descrevendo de maneira exata e em detalhe todas as atividades realizadas, pagamentos feitos, custos e despesas relacionados às atividades desempenhadas para a realização dos fins do CONSÓRCIO pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da data do encerramento do CONSÓRCIO. Após o referido prazo, o CONSÓRCIO e as CONSORCIADAS poderão dispor dos referidos livros e registros, como lhes aprouver.